Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

Estudo 11– Liberdade Religiosa e ordem social

Josué 24, Romanos 13 e Mateus 5

Elaborado por Rogerio Senna
rogeriosenna@ig.com.br

A liberdade religiosa recebe um tratamento constitucional, de tal forma que as constituições brasileiras, no decorrer da evolução histórica do Brasil, nesta seara, posicionaram-se de várias formas.

A primeira Constituição, a imperial, data de 1824, sendo ela de caráter confessional, e estabelecia no seu artigo 5º que a religião Católica Apostólica Romana era a religião do império. As demais religiões tinham apenas o direito de culto doméstico, ou particular, em locais com esta destinação, que não poderiam ter aparência exterior de templo. No Brasil império a liberdade religiosa era parcial, já que as demais religiões eram apenas toleradas e somente a católica era aceita de forma oficial.

Assim, até o ano de 1835 o protestantismo no Brasil foi de imigração, mas nos anos que se seguiram foi se desenvolvendo o protestantismo missionário junto aos brasileiros pela igreja Congregacional, posteriormente pela igreja Presbiteriana, Luterana, Metodista, Batista e Episcopal, chamadas denominações históricas.

Os protestantes lutaram pela liberdade religiosa em nossa pátria, e desta forma, em 1860 muitas críticas foram feitas com relação à união do Estado com a Igreja. Assim, a primeira Constituição republicana de 1891 consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, estabelecendo plena liberdade de culto.

O Estado não deve privilegiar nenhuma religião, e as igrejas não devem pedir favores ao Estado, pois são esferas independentes.

Algumas questões precisam ser consideradas: Qual o posicionamento do crente com relação ao Estado e suas autoridades? A Palavra de Deus nos diz que “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De que modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação” (Rm 13.1-2).

Como diz Martinho Lutero, precisamos aprender com Paulo a preservar a ordem secular, já que pela também provém de Deus.

Mas a autoridade humana é sempre a penúltima. A lealdade última é a Deus. Quando Pedro e João estiveram perante o Sinédrio e foram questionados pelas autoridades eclesiásticas para que não falassem mais no nome de Jesus, algo notável aconteceu. De forma categórica eles disseram: “Julgai se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus; pois nós não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos” (At 4.19-20).

Nesta situação os apóstolos estavam frente ao poder do Estado, o Sinédrio, porém não se intimidaram e de forma corajosa proclamaram sua fé em Cristo, isto é, sua lealdade a Deus. Como os crentes do passado, hoje não podemos esquecer que a autoridade terrena é sempre a última, quando a questão envolver nossa fé em Deus.

Como bem disse o saudoso pastor Isaltino Gomes Coelho Filho “não somos

agitadores nem contestadores do poder civil pelo simples prazer de contestar, mas devemos lembrar que o Estado é contingente e Deus é eterno. O Estado não é divino.”

A nossa Declaração Doutrinária declara: “Deus e somente Deus é o Senhor da consciência. A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual. Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano. Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie. A Igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções. É dever do Estado garantir pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo. O Estado deve ser leigo e a Igreja livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar as leis, obedecer a elas e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus”.

Merece destaque o que diz Oswaldo Jacob, no site Prazer da Palavra, do Pastor Israel Belo de Azevedo, que assim se expressa:

“É sabido de todos que nós, batistas, comungamos com os princípios da Reforma: “A não secularização da Igreja e a não clericalização do Estado”. Igreja e Estado devem ser independentes. Somos conhecidos, em nossa origem, como o povo da liberdade de consciência porque é assim que a Bíblia preceitua. Infelizmente, a Igreja tem se envolvido em questões que não lhe compete e o Estado se envolve e quer fazer leis que ferem a Igreja seja como organização e como organismo. Um caso recente é a homofobia. Movimentos sociais com apoio do governo querem considerar crime o fato da igreja pregar

contra o homossexualismo. Ora, é um preceito bíblico e da Constituição ter liberdade de opinar desde que não use de violência para com a pessoa. Amamos o homossexual, mas somos visceralmente contra o homossexualismo. Odiamos o pecado, mas amamos o pecador. Se os homossexuais têm o direito de agir como agem nas suas práticas imorais que, cremos, são contrárias ao caráter e a Palavra de Deus, nós, por outro lado, temos o direito de expressar que somos contra tais práticas. Se eles têm o direito de rejeitar o que a Bíblia ensina acerca dessa conduta, nós temos o direito de pregar contra ela. Há outros assuntos que o Estado quer controlar, mas a Igreja de Cristo há de se levantar contra todo o erro. Sempre foi assim na História do Cristianismo. Homens e mulheres perderam suas vidas por causa da sua coerência bíblica, dentro da vontade do Pai Soberano. Exerçamos a nossa liberdade religiosa sempre dentro dos princípios do evangelho de Cristo para a glória de Deus, nosso Pai e Soberano Senhor, que há de julgar todos os homens segundo o Seu evangelho”.

Bibliografia: Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal. CPAD, 2008
Comentário bíblico africano / editor geral Tokunboh Adeyemo. – São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
MOUCE, Robert H. Novo comentário Bíblico Contemporâneo – Mateus. Editora Vida, 1996
WIERSBE, Warren W. Comentário Bíblico Expositivo : Novo Testamento : volume I – Santo André, SP : Geográfica editora, 2006